

## **Agenda 21 Local: tornando a democracia participativa uma realidade**

O debate sobre desenvolvimento sustentado tem crescido ultimamente, com o aproximar da Cimeira de Joanesburgo (também chamada Rio+10, volvidos que são 10 anos sobre a histórica conferência do Rio), que se vai realizar entre 26 de Agosto e 4 de Setembro. Foi precisamente na Eco 92 que o conceito de sustentabilidade ganhou notoriedade, entrando no discurso político e sendo, assim, propalado um pouco por todo o mundo. Para isso muito contribuiu o principal documento resultante da cimeira, a “Agenda 21”. Este extenso documento aborda ao longo de 40 capítulos as mais diversas temáticas relacionadas com a sustentabilidade (desde a protecção da atmosfera, conservação da biodiversidade, ao fomento da participação pública). Em cada capítulo é descrita a situação de base, os objectivos que se pretendem atingir, as actividades a implementar e os meios para o fazer. Em Joanesburgo far-se-á uma avaliação dos resultados obtidos nestes últimos 10 anos – que, para nosso mal e do planeta, são escassos ou mesmo nulos em muitas áreas.

O capítulo 28 da Agenda 21 analisa o papel que as autoridades locais podem ter no âmbito de um desenvolvimento sustentável, desafiando-as a realizar as chamadas “Agendas 21 Locais”. Como se pode ler no documento citado:

“Cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e deverá adoptar uma “Agenda 21 Local”. Através de processos consultivos e de estabelecimento de consensos, os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias. O processo de consulta deverá aumentar a consciencialização familiar em questões de desenvolvimento sustentável.”

Segundo o Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI, em inglês), a Agenda 21 Local “é um processo participativo, multi-sectorial, que visa atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.”

Até hoje, o processo foi iniciado em mais de duas mil autoridades locais de 64 países diferentes, dos quais cerca de mil na Europa. Em Portugal, porém, não se passou ainda da dezena. Contudo, nem este valor devia ser citado, visto que em alguns casos as Agendas mal se iniciaram, ou foram interrompidas a meio... Ainda assim, há sinais de esperança. Em Oeiras, por exemplo, o processo foi levado a sério. No Algarve, a Região de Turismo e a Direcção Regional do Ambiente vão dinamizar a implementação de uma Agenda 21 Regional (com uma componente municipal em cada

concelho) através da participação num projecto europeu. Para muitos problemas do Algarve, porém, o projecto terá chegado tarde demais.

### **As diversas etapas do processo**

Na prática, o desenvolvimento de uma Agenda 21 Local segue várias etapas, ainda que não exista um modelo único. Trata-se, por natureza, de um projecto flexível e que deve ser ajustado à realidade local. Alguns modelos, contudo, já foram testados com êxito, como é o caso da Agenda 21 Regional da província de Soria, em Espanha, protagonizada pela Fundação Desenvolvimento e Natureza (Fundación DEYNA). Este projecto foi mesmo distinguido na Expo 2000, que decorreu em Hanôver, Alemanha.

De um modo geral, uma Agenda 21 Local engloba as seguintes fases:

- 1) Sensibilização ambiental. A democracia participativa não aparece de um dia para o outro. Há todo um trabalho de base que é fulcral se pretendemos que os cidadãos se interessem pela vida pública e pelo desenvolvimento sustentado. Naturalmente, sobretudo nos centros urbanos de maior dimensão, existem associações de defesa do ambiente que participam activamente (ou tentam...) na definição de estratégias. Uma Agenda 21 Local pretende que este desejo de colaboração se estenda a uma fatia tão grande quanto possível da população. Para isso propõe-se editar publicações, manter colunas em jornais, realizar debates, tertúlias, actividades de educação ambiental (a começar nas escolas) e visitas guiadas, organizar feiras de produtos naturais e amigos do ambiente, e construir um sítio na internet, entre outros.
- 2) Criação de parcerias com diversas instituições. No sentido de envolver a sociedade tanto quanto possível na Agenda 21 Local, devem-se desenvolver parcerias com actores locais como associações sem fins lucrativos (ambientalistas, culturais, desportivas, de moradores, de pais), entidades governamentais (da área do ambiente, saúde, cultura, etc.), escolas, universidades e empresários. Cada parceiro deve ter uma função determinada na sua área de competência. Por exemplo: uma associação de moradores pode-se comprometer a dinamizar um ciclo de debates no seu bairro.
- 3) Criação do Fórum da Agenda 21 Local. O Fórum é a estrutura da participação e da discussão por excelência. Nele estarão representadas as forças vivas da cidade (incluindo os parceiros acima identificados), num total de 30 a 60 pessoas. O Fórum acompanhará a implementação de toda a Agenda 21 Local, discutindo as diversas opções existentes, as estratégias a seguir, e aprovando os documentos que forem sendo elaborados. Em princípio, a Câmara Municipal da área não deverá contrariar as determinações do Fórum, pois tal poderia levar ao descrédito no

processo e à desmotivação dos participantes – ainda que a Câmara também esteja representada no Fórum. A presença das mais variadas organizações e pessoas nesta estrutura faz adivinhar a existência de muitas e acaloradas discussões. Mas tal é fundamental para o bom desenrolar da Agenda. O Fórum pode ainda decidir criar vários grupos de trabalho temáticos (à semelhança das comissões parlamentares da Assembleia da República), por forma a aprofundar a análise de determinadas matérias.

- 4) Adopção de uma visão comunitária para o desenvolvimento do concelho. Nesta etapa pretende-se que a comunidade adopte um objectivo claro e de longo prazo para o seu desenvolvimento. A esta frase ou pequeno parágrafo dá-se o nome de “visão”, visto que traduz um sentimento de futuro, ainda que de difícil alcance, mas que exprima as verdadeiras ambições da população.
- 5) Diagnóstico ambiental. Antes de elaborar estratégias de actuação é necessário conhecer os problemas, onde ocorrem e por que ocorrem. O diagnóstico ambiental não deve ser exaustivo, pois tal tornaria difícil se não mesmo impossível a sua percepção pela população, em especial pelo Fórum, que terá de analisar o documento. Pelo contrário, é preferível um documento sintético que se concentre no que é mais relevante, permitindo assim a identificação dos principais problemas.
- 6) Definição de objectivos, metas e indicadores de progresso. Analisado o diagnóstico ambiental, é tempo de pensar em resolver os problemas detectados e potenciar as mais valias existentes. O primeiro passo deverá ser o de definir objectivos. Estes devem ser mais precisos e não excessivamente ambiciosos (para que possam ser alcançados). Podem existir dezenas de objectivos, mas para cada um é recomendável que se estipulem metas a atingir (algo que seja mensurável). Por exemplo: o objectivo pode ser o de melhorar significativamente a qualidade das águas balneares; uma meta possível será a de reduzir a 5% o número de análises à água com resultados negativos. Desta forma é possível avaliar o sucesso da Agenda, nomeadamente através da definição de indicadores de progresso.
- 7) Elaboração do Plano de Acção. Pode-se dizer que o Plano de Acção é o principal “produto” da Agenda 21 Local. Nele estarão indicadas todas as acções concretas a desenvolver, objectivos em que se enquadram, metas a atingir, meios disponíveis e entidades responsáveis. O Plano de Acção estará, assim, fortemente orientado para a correcção dos problemas. A sua elaboração vem na sequência de todo o trabalho anterior e fica a cargo do Fórum, Câmara Municipal e de parceiros a definir. Evidentemente, o Plano só faz sentido se for implementado; caso tal não aconteça, ficará uma sensação de frustração – o que é bem pior do que se não se tivesse sequer iniciado a Agenda 21. A experiência internacional mostra que os cidadãos estão dispostos a participar desde que sintam que o seu trabalho é útil e profícuo.

8) Revisão do Plano de Acção. Com o passar do tempo, o Plano necessitará de ser reajustado ou mesmo totalmente revisto. Isto só acentua o carácter dinâmico e de melhoria contínua da Agenda 21 Local.

As autoridades locais têm, portanto, um papel insubstituível na transição para uma sociedade sustentável. Como refere a própria Agenda 21, “os poderes locais criam, dirigem e mantêm infraestruturas económicas, sociais e ambientais, supervisionam processos de planeamento, estabelecem políticas e normas de ambiente locais e participam na implementação nacional e subnacional de políticas ecológicas. Como nível de governação mais próximo das pessoas, eles desempenham um papel vital na educação, mobilizando e respondendo ao público para promover o desenvolvimento sustentável.”

Para mais informações, consultar:

<http://www.deyna.com/>

Informações sobre o modelo DEYNA de Agenda 21 Local

<http://www.un.org/esa/sustdev/agenda21.htm>

A Agenda 21 (e seus 40 capítulos)

<http://www.johannesburgsummit.org/>

Página oficial da Cimeira de Joanesburgo

<http://www.environment.sa.gov.au/sustainability/southaustralia.html>

Excelentes guias sobre Agenda 21 Local

<http://www.iclei.org/>

Página do Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais

<http://www.iambiente.pt/>

(seguir “Estratégias ambientais”, seguido de “Desenvolvimento sustentável”)

Informação sobre a Agenda 21 Local em português

<http://www.ipamb.pt/>

<http://www.sustainable-cities.org/>

Projecto “Cidades e vilas sustentáveis” da Comissão Europeia

<http://www.unchs.org/scp/>

Programa “Cidades sustentáveis” das Nações Unidas

<http://www.bcn.es/agenda21/>

Agenda 21 Local de Barcelona

Nuno Quental

8/7/2002